



PROPOSTA

TCDF

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Curso de Extensão– Concessão, Permissão e Autorização
de Serviço Público

BRASÍLIA

FEVEREIRO, 2013

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Razão Social: Instituto Brasiliense de Direito Público

CNPJ: 02.474.172/0001-22 (cadastrado no SICAF)

Endereço: SGAS 607, Módulo 49, Via L2 Sul, Asa Sul - Brasília/DF

CEP: 70.200-670

Tele/Fax: (61) 3535-6504 / 3535-6514

Responsável pela Instituição: Dalide Barbosa Alves Correa – Diretora-Geral do IDP

E-mail: dalide.correa@idp.edu.br

Site: www.idp.edu.br

2. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

Nome: Doutora Júlia Maurmann Ximenes – Diretora-Geral da EDB

Endereço profissional: SGAS 607, Módulo 49, Via L2 Sul, Asa Sul - Brasília/DF

Telefone: (61) 3535.6504

Fax: (61) 3535-6514

E-mail: juliximenes@idp.edu.br

Nome: Mestre Atala Correia – Coordenador Geral da Pós-graduação

Endereço profissional: SGAS 607, Módulo 49, Via L2 Sul, Asa Sul - Brasília/DF

Telefone: (61) 3535.6527

Fax: (61) 3535-6514

E-mail: atala.correia@idp.edu.br

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Trata-se de proposta para atender ao TCDF, oferecendo o curso de extensão “Concessão, Permissão e Autorização de Serviço Público”, na modalidade presencial, com o objetivo de aperfeiçoamento, atualização e formação, alinhando as necessidades peculiares de cada função às ações estratégicas.

4. OBJETIVOS DA PROPOSTA

O IDP tem como objetivos nesta proposta: (i) oferecer o curso de extensão “Concessão, Permissão e Autorização de Serviço Público” a no máximo 50 (cinquenta) servidores do TCDF com alto padrão de excelência; (ii) capacitar e aperfeiçoar o conhecimento de servidores, oferecendo-lhes ferramental prático e teórico para o desempenho de atividades na área proposta.

5. PÚBLICO-ALVO

Audidores do TCDF, em um total de no máximo 50 (cinquenta) servidores, que, ao final do curso, receberão o certificado de conclusão do curso de extensão.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde 1998, o Instituto Brasiliense de Direito Público é referência como centro de estudos e de reflexões em Direito, oferecendo cursos de Graduação (Anexo I), Pós-Graduação (Anexo II), Mestrado Acadêmico (Anexo III) e Educação Continuada (presencial e online). O Instituto reúne em seu corpo docente alguns dos mais respeitados juristas do Brasil, incluindo doutores, mestres, juízes, advogados, membros do Ministério Público, ministros das mais altas cortes e ministros de Estado.

O IDP objetiva desenvolver e estimular atividades no âmbito do ensino do Direito e da pesquisa jurídica (Anexo IV), abrangendo a divulgação de estudos especializados, inclusive por meio de publicação de livros impressos e eletrônicos (Anexo V). O Instituto é um espaço de difusão e debates de ideias e teses no âmbito jurídico, com a organização de cursos, seminários, congressos, palestras e diálogos acadêmicos (Anexo VI).

Os cursos de graduação em Direito e Administração, as Especializações e o Mestrado Acadêmico do IDP propiciam aos participantes uma visão larga e atualizada do Direito e da gestão pública, além de capacitar para um desempenho técnico eficiente em todos os setores que se desenvolve a experiência jurídica e administrativa.

7. COORDENAÇÃO ACADÊMICA

A Coordenação Acadêmica e Executiva do Programa será realizada pelo IDP, por meio dos docentes e funcionários do quadro administrativo. Em particular, a coordenação acadêmica deste Projeto ficará a cargo dos seguintes professores:

- Atalá Correia – Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT e Coordenador Geral dos Cursos de Pós-graduação do IDP.
- Flávio Henrique Unes Pereira – Doutorando e Mestre em Direito Administrativo pela UFMG, Advogado, Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal.

8. METODOLOGIA

O modelo pedagógico proporcionará um aprendizado de alta qualidade, interdisciplinar e fortemente vinculado à atuação prática.

Os conteúdos serão transmitidos por meio de aulas presenciais e seminários, leitura e análise de textos, resolução de problemas e exercícios em laboratórios de práticas.

Além disso, será disponibilizado pelo IDP o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, através do qual o aluno terá acesso, mediante o uso de senhas, aos materiais didáticos desenvolvidos exclusivamente para o curso de extensão, à bibliografia básica, informações sobre o curso, debates e discussões em chat, e outras ferramentas que ampliem a interatividade e o espaço de colaboração.

A metodologia assegurará o aprofundamento teórico e a reflexão crítica sobre gestão judiciária, bem como a análise de boas práticas e alternativas propostas para o aprimoramento das instituições jurídicas.

9. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Serviços Públicos
- Concessão e delegação
- Usuários do serviço público
- Política tarifária
- Licitação
- Contrato de concessão
- Poder concedente
- Concessionárias
- Intervenção e extinção
- Permissão
- Autorização
- Análise jurisprudencial

10. CORPO DOCENTE

O Curso será ministrado pelo Coordenador do curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo do IDP, o professor Flávio Henrique Unes Pereira, Doutorando e Mestre em Direito Administrativo pela UFMG, Advogado, Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal, ex-Assessor Especial da Presidência do STF e ex-Assessor de Ministro do STJ e do TSE.

11. REALIZAÇÃO DO PROGRAMA

O curso de extensão “Concessão, Permissão e Autorização de Serviço Público”, na modalidade presencial, terá a carga horária de 20h/a.

As aulas poderão ser realizadas nas dependências do TCDF em Brasília ou na sede do IDP em Brasília, na segunda quinzena do mês de abril, de 14h30 às 18h30. A cada encontro serão ministradas 4 (quatro) horas-aula.

12. AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem ficará a critério do TCDF e poderá ser feita por meio da aplicação de provas, da elaboração de trabalhos acadêmicos, da autoavaliação e de outras atividades que possibilitem a verificação direta da aprendizagem, bem como o diagnóstico de falhas para o aprimoramento do curso.

13. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático é elaborado ou selecionado pelo professor e disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem, possibilitando ao aluno acesso para download e estudo antes da respectiva aula, também, serão impresso e fornecido ainda caneta, bloco de anotações e pasta da instituição.

14. CERTIFICAÇÃO

O certificado será emitido pelo IDP para o participante que obtiver frequência mínima às aulas presenciais de 80% e, a nota mínima exigida.

15. REUNIÕES PRÉVIAS

Podem ocorrer reuniões prévias com a contratante para ajuste de cronograma de execução, etapas de implantação do Programa, discussão sobre o fluxo, que se realizarão na sede do IDP ou no TCDF.

16. INVESTIMENTO

O investimento no curso de extensão “Concessão, Permissão e Autorização de Serviço Público” é R\$ 32.340,00 (Trinta e dois mil, trezentos e quarenta reais) para o total de até 50 alunos. O equilíbrio econômico da proposta assenta-se sobre o pressuposto de que a turma terá, no mínimo, 20 alunos.

17. VALIDADE DA PROPOSTA

Esta proposta possui validade de **30 (trinta) dias** a partir desta data.

18. ANEXOS DA PROPOSTA

Esta proposta é integrada pelos seguintes anexos:

ANEXO I – Cursos de Graduação do IDP

ANEXO II – Cursos de Pós-Graduação do IDP

ANEXO III – Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional do IDP

ANEXO IV – Grupos de Pesquisa do IDP

ANEXO V – Série IDP Saraiva

ANEXO VI – Eventos da Área Jurídica

Brasília, 20 de fevereiro de 2013.

JULIA MAURMANN XIMENES
Diretora Geral
Escola de Direito de Brasília – EDB